



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**341ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social**

Ata da ordem dos dias 7 e 8 de agosto de 2025

Brasília/DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 341ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Local Virtual: Plataforma Zoom

Data: 07 e 08/08/2025

1 Nos dias sete e oito do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco realizou-se a 341ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, sob a Coordenação do Conselheiro, Sr.
3 Edgilson Tavares de Araújo, Presidente do CNAS e Representante da Secretaria Nacional de
4 Assistência Social (SNAS) e contou com a participação dos seguintes conselheiros: Sra. Aldenora
5 Gomes González, Representante do Instituto Ecovida; Sra. Ana Lúcia Soares, Representante da
6 Associação Brasileira das/os Terapeutas Ocupacionais (ABRATO); Sra. Maria Aparecida Guerra
7 Vicente, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS); Sra. Emilene
8 Oliveira Araújo, Representante da Sociedade Bíblica do Brasil; Sr. Ismael Utino Tavalone,
9 Representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores (MONPAD); Sra. Jucileide
10 Ferreira do Nascimento, Representante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Sra. Márcia
11 de Carvalho Rocha, Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigas/os
12 das/os Excepcionais (FENAPAES); Sra. Margareth Alves Dallaruvera, Representante da
13 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS/CUT); Sra. Maria
14 Carolina Pereira Alves, Representante da Secretaria Nacional de Cuidados e Família; Sr. Ricardo de
15 Santana Marques, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência
16 Social (CONGEMAS); Sra. Solange Bueno, Representante do Fórum Nacional dos Usuários do
17 Sistema Único de Assistência Social (FNU-SUAS); Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral,
18 Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes
19 (FEBRAEDA); Sra. Keure Chamse Afonso, Representante da Representante da Rede Cidadã; Sra.
20 Catarina de Santana Silva, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Sra. Amanda Simone
21 Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à
22 Fome; Sra. Rafaelly Machado da Silva, Representante do Movimento Nacional População de Rua
23 (MNPR); Sr. Alessandro Tiezzi, Representante da PIA Sociedade de São Paulo; Sr. Elias de Sousa
24 Oliveira, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate
25 à Fome; Sr. Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil

(ONCB); Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Maria Gonçalves da Conceição, Representante da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB); Sr. Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão; Sra. Shirley de Lima Samico, Representante da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD); Sra. Irene Rodrigues da Silva, Representante da Confederação das/os trabalhadoras/es no Serviço Público Municipal (CONFETAM/ CUT); Eduardo Dalbosco, Representante da Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica (SISEC); Sra. Andréia Fernandes Teixeira, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI); Sra. Jaqueline Fernandes; Sr. André Iossan.

ABERTURA: O Presidente do CNAS, Sr. Edgilson Tavares de Araújo, saudou a todas(os) as(os) partícipes, conselheiras(os) e realizou a abertura da reunião. Após, realizou a leitura da pauta para a 341ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, que segue: *Dia 07/08/2025:* 9h às 10h - Reunião interna de alinhamento conjunto. 10h às 10h15 - Aprovação da ata da 340ª Reunião Ordinária e da pauta da 341ª Reunião Ordinária do CNAS. 10h15 às 12h - Apresentação sobre a execução e pagamento do IGD/PBF: Convidado: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC. 14h às 16h - Relato da reunião da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. 16h às 17h - Relato da reunião da Presidência Ampliada do CNAS. 17h às 18h - Relato da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social. *Dia 08/08/2025:* 9h às 10h - Alinhamento entre o CNAS e Conselho de Participação Social da Presidência da República: Convidados: Presidência do Conselho Nacional de Participação Social. 10h às 11h - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda. 11h às 12h - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. 14h às 15h - Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 15h às 16h - Relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social. 16h às 17h - Relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social. 17h às 18h - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, CIT, SNAS/MDS, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. Não havendo considerações por parte das conselheiras(os) presentes, foi aprovada. Seguidamente, passou-se ao item: Relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social. Com a palavra, o Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola apresentou a proposta para retomada do Cofinanciamento as Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI. Considerou também sobre a importância desse momento, pois depois de seis anos sem

57 cofinanciamento para o programa, a proposta foi retomada. Finalizou pontuando que o conselho tem,
58 assim, uma janela de oportunidade que deve ser aproveitada. Aberto as considerações, o Sr. Clóvis
59 Alberto Pereira registrou que as notícias apresentadas são muito importantes, principalmente
60 pensando nas crianças que estão sem a devida condição social ou assistência de acompanhamento.
61 Ressaltou que isso coloca no centro da questão o quanto o país está caminhando para atender as
62 demandas de inúmeros segmentos que não são mais vulneráveis, mas que são postos pelo capitalismo
63 em uma situação de vulnerabilidade. Finalizou parabenizando a comissão pela temática apresentada.
64 Adiante, o Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola informou que em questão de criticidade, a grande
65 preocupação é com o estado do Pará, pois está de fato em uma situação de trabalho infantil bem
66 incidente, assim como o Tocantins. Posteriormente, uma das partícipes ponderou que o desafio com
67 essa temática ainda é muito grande, principalmente, por muitas vezes ser até uma questão da própria
68 cultura do interior dos municípios. Sendo assim, inferiu que é uma excelente informação, porém ainda
69 é necessário avançar muito. Em seguida, a Sra. Keure Chamse Afonso pontuou que se sentiu um tanto
70 quanto preocupada, porém aliviada, principalmente quando são observados os números dos
71 municípios acerca do trabalho infantil. Questionou também se existe a possibilidade de realizar o
72 acompanhamento desses municípios onde houve uma queda, reduzindo assim o trabalho infantil
73 daquela região e quais foram as medidas adotadas. Em resposta, o Sr. Regis Aparecido Andrade
74 Spindola inferiu que ainda não é possível ter acesso aos dados detalhados dos municípios, pois os
75 dados apresentados pelo CNAS não são do IBGE certificado. Sobre as estratégias adotadas, a
76 resolução, que será apresentada para aprovação do pleno, prevê um artigo que a gestão nas três esferas
77 possa apresentar aos conselhos o monitoramento. Reforçou que a Secretaria de Estado deve, além de
78 mobilizar os municípios, manter uma articulação muito importante com o CNAS e Governo Federal,
79 para alimentação dos sistemas. Ato contínuo, a Sra. Rafaelly Machado da Silva ressaltou que é muito
80 importante a retomada do AEPETI, porém quando se observa os repasses de recursos que são
81 enviados aos municípios é algo de doer o coração, pois é pouco para a quantidade de demandas que
82 são apresentadas. Após, foi realizada a leitura da minuta de resolução que dispõe sobre critérios de
83 elegibilidade e partilha visando a retomada do cofinanciamento federal para a realização das ações
84 estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil nos Estados, Distrito Federal e
85 Municípios. Não havendo considerações, os seguintes conselheiros manifestaram voto favorável pela
86 aprovação da resolução: Ana Lúcia Soares, Maria Aparecida Guerra Vicente, Emilene Oliveira
87 Araújo, Ismael Utino Tavalone, Márcia de Carvalho Rocha, Margareth Alves Dallaruvera, Maria

88 Carolina Pereira Alves, Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, Shirley de Lima Samico,
89 Regis Aparecido Andrade Spindola, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Solange Bueno,
90 Clóvis Alberto Pereira, Ricardo de Santana Marques e Edgilson Tavares de Araújo. Sendo assim, por
91 15 votos, a resolução foi aprovada. Seguidamente, prosseguiu-se a leitura da minuta de resolução que
92 dispõe sobre a Câmara Nacional de Diálogo e de Negociação Permanente entre o Sistema Único de
93 Assistência Social - SUAS e o Sistema de Justiça. Aberto as considerações, o Sr. Regis Aparecido
94 Andrade Spindola reforçou sobre a importância da referida resolução e da instituição da Câmara
95 Temática, pois segue um dos encaminhamentos que foram propostos na Resolução nº 119 do CNAS,
96 de 2023, que propõe o estabelecimento desses espaços de negociação e diálogo permanente entre o
97 Instituto e o Sistema de Justiça. Adiante, a Sra. Jucileide Ferreira do Nascimento parabenizou a
98 comissão pelo excelente trabalho desenvolvido e refletiu sobre o desdobramento, pois essa é uma luta
99 antiga e que foi pautada na Resolução do CNAS para que pudesse haver espaços de pactuação.
100 Posteriormente, o Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola considerou que existem duas preocupações:
101 1. acerca do bom funcionamento da câmara, entendendo sempre a questão do quórum, pois não é
102 necessário fazer uma câmara extensa se não houver a responsabilidade de trabalhar e chegar aos
103 produtos de forma efetiva; 2. indicação dos conselheiros e participantes que irão compor a câmara.
104 Sendo assim, sugeriu que seja mantida a lista de indicações no parágrafo único do texto da resolução,
105 e depois serão inseridos os convidados e especialistas no tema que irão participar, bem como dos
106 movimentos sindicais, demais fóruns de representação de usuários e trabalhadores. Em seguida, a
107 Sra. Irene Rodrigues da Silva ressaltou a importância de se colocar o Fórum do Movimento Sindical,
108 pois são os sindicatos na ponta que seguram as demandas, inclusive, denúncias contra os
109 trabalhadores. Ato contínuo, não havendo mais considerações, foi colocado em regime de votação e
110 os seguintes conselheiros manifestaram voto favorável pela aprovação da resolução: Ana Lúcia
111 Soares, Maria Aparecida Guerra Vicente, Emilene Oliveira Araújo, Ismael Utino Tavalone, Márcia
112 de Carvalho Rocha, Margareth Alves Dallaruvera, Maria Carolina Pereira Alves, Mallon Francisco
113 Felipe Rodrigues de Aragão, Shirley de Lima Samico, Regis Aparecido Andrade Spindola, Thiago
114 Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Solange Bueno, Clóvis Alberto Pereira, Ricardo de Santana
115 Marques e Edgilson Tavares de Araújo. Sendo assim, por 15 votos, a resolução foi aprovada. Não
116 havendo mais pontuações, o relato foi aprovado pelos conselheiros presentes. Após, seguiu-se ao
117 item: Relato da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência
118 Social. Com a palavra, a Sra. Shirley de Lima Samico inferiu que os nomes dos indicados são:

119 Professora Aldaíza Sposati, Iêda Castro, Marco Natalino, Ana Lúgia e Maria José. Aberto as
120 considerações, a Sra. Márcia de Carvalho Rocha ponderou que o Momento Conferir trouxe uma
121 mudança e reflexão mais apurada para o conselho, ainda em tempo de se estar introduzindo esse
122 processo nas Conferências Estaduais. Não havendo mais pontuações, o relato foi aprovado pelas
123 conselheiras(os) presentes. Seguidamente, passou-se ao item: Relato da reunião da Comissão de
124 Normas da Assistência Social. Como encaminhamento, foi solicitado que o relatório do DRSP possa
125 ser disponibilizado no blog do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Não havendo mais
126 pontuações, o relato foi aprovado pelas conselheiras(os) presentes. Adiante, prosseguiu-se ao item:
127 Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Não
128 havendo pontuações, o relato foi aprovado pelas conselheiras(os) presentes. Posteriormente,
129 avançou-se ao item: Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios
130 Socioassistenciais e Transferência de Renda. Aberto as considerações, a Sra. Solange Bueno pontuou
131 que quando a Rede de Fiscalização promoveu a nova mudança de percentual, umas das questões
132 relacionadas é fazer com que os prefeitos ficassem condicionados aos aceites, o que seria a nova
133 resolução com a criação das comissões. Diante do exposto, inferiu que o conselho deseja saber o
134 resultado dos aceites e do andamento e como está sendo realizado. Em seguida, a Sra. Shirley de
135 Lima Samico considerou que a Resolução nº 202 destaca sobre o Controle Social do Bolsa Família e
136 do Cadastro Único, não apenas do PBF. Também reforçou que, em relação ao debate que está posto
137 sobre a resolução, foram pensadas as condicionalidades do Bolsa Família, porém está fazendo
138 inferência a Resolução nº 202. Ato contínuo, o Sr. Elias de Sousa Oliveira informou que nem todos
139 os municípios possuem a obrigatoriedade de criar comissão, sendo assim, talvez o conselho devesse
140 olhar novamente a resolução para que seja formulado, da melhor forma possível, as informações e o
141 processo possa ser seguido. Finalizou considerando que outra coisa diferente é tratar dos processos
142 de averiguação e verificação cadastral do Bolsa Família e, diretamente, com as famílias para ver o
143 impacto do acompanhamento. Após, a Sra. Shirley de Lima Samico pontuou que é importante que a
144 comissão possa pautar esse tema e trazer a discussão à tona com as secretarias, talvez inferindo sobre
145 o que é o Controle Social no âmbito do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, pois os
146 municípios podem ter essas dúvidas. Não havendo mais pontuações, o relato foi aprovado pelas
147 conselheiras(os) presentes. Seguidamente, passou-se ao item: Relato da reunião da Comissão
148 Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. Com a palavra, a Sra. Márcia de
149 Carvalho Rocha pontuou, acerca da definição de delegadas(os) no âmbito federal, em consonância

150 com a Resolução CNAS nº 187, que estabelece diretrizes para a reserva de cotas no mínimo 30% para
151 a eleição das Delegadas(os), e visa a garantia de representatividade no processo de Conferência da
152 Assistência Social, que é necessário definir os prazos para a indicação. Diante do exposto, as
153 conselheiras(os) presentes optaram por definir que o prazo seja até o mês de outubro de 2025, para
154 que a Sociedade Civil possa informar suas indicações. Não havendo mais pontuações, o relato foi
155 aprovado pelas conselheiras(os) presentes. Adiante, avançou-se ao item: Relato da Reunião da
156 Presidência Ampliada. Com a palavra, a Sra. Thaís Braga inferiu, acerca da reforma da sala plenária
157 do CNAS, que no momento de alteração do Regimento Interno, foi sugerido um novo layout
158 adicionando mais duas salas para comportar as comissões. Em seguida, o Sr. Thiago Szolnoky de
159 Barbosa Ferreira Cabral questionou se na reforma que será realizada, será revista a questão da acústica
160 do local, para que haja mais privacidade durante as reuniões. Em resposta, a Sra. Thaís Braga
161 informou que durante essa reforma, ainda, não será possível realizar a solicitação e organização
162 quanto à acústica. Ato contínuo, a Sra. Margareth Alves Dallaruvera proferiu a leitura da resposta ao
163 Ofício do Conselho Estadual de Assistência Social de Rondônia. Não havendo pontuações, a resposta
164 ao ofício foi aprovada pelas conselheiras(os) presentes. Após, a Sra. Rafaelly Machado da Silva
165 pontuou que foi referendada, pelo pleno, para ser convidada permanente do CIAMP-Rua, sendo
166 realizadas reuniões de forma virtual e presencial. Diante do exposto, inferiu que chegou um convite
167 - Ofício nº 490 da Coordenação-Geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento
168 da Política Nacional de População em Situação de Rua - para participação na Conferência Nacional
169 Livre e depois na Conferência Nacional da População de Rua, que vai acontecer durante a reunião do
170 pleno do CIAMP-Rua, então, solicitou que houvesse a deliberação para definir se ela poderia ou não
171 participar dos eventos. Seguidamente, em debate, as conselheiras(os) presentes definiram o seguinte
172 encaminhamento: Liberação das passagens, sem a estadia, nos dois dias da
173 conferência. Seguidamente, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo informou que houve um problema com
174 a publicação da nomeação da Conselheira Cleres, mas que ela já estaria participando da reunião
175 mesmo assim, para conhecer como funciona a dinâmica e contribuir com as pautas. A referida
176 conselheira irá substituir a Sra. Tânia Soares de Souza no Conselho Nacional de Assistência Social a
177 partir desse momento. Adiante, a Sra. Cleres pontuou que é uma imensa satisfação compor o
178 conselho, representando o FONSEAS, para fortalecimento do Controle Social. Posteriormente,
179 seguiu-se ao item: Alinhamento entre o CNAS e o Conselho de Participação Social da Presidência da
180 República. Aberto as considerações, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo considerou que o motivo da

181 pauta é devido ao surgimento de uma série de dúvidas e alguns questionamentos dos membros do
182 CNAS e dos conselheiros que fazem parte do Conselho Nacional de Participação Social. Ponderou
183 também que foi solicitado ao CNAS que pudesse realizar a indicação de seis conselheiros, mas isso
184 não seria possível devido às restrições orçamentárias. Inferiu que é necessário discutir a questão do
185 funcionamento do Conselho de Participação Social e as condições de participação do CNAS, pois
186 mesmo com a retomada do Governo, o Sistema de Assistência Social não tem uma vinculação
187 orçamentária. Em seguida, o Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral informou que ele e a
188 Vice-Presidente são representantes do CNAS no Fórum Interconselhos, mas pontuou que o Conselho
189 Nacional de Assistência Social é totalmente invisibilizado dentro fórum. Explicou que foram
190 marcadas diversas reuniões, de forma online, a partir das 18 horas, porque alguma pessoa que possui
191 cargo elevado se atrasou. Finalizou, considerando que, na República, o CNAS é o único conselho que
192 possui caráter deliberativo, não sendo igual aos outros conselhos que também participam, porém não
193 há nenhuma aderência a ele e às entidades de Assistência Social. Ato contínuo, a Sra. Aldenora
194 Gomes González ressaltou que a Política de Assistência Social é extremamente cara, mas é uma pauta
195 que não tem visibilidade dentro do Conselho Nacional de Participação Social. Ponderou também que
196 é a única representante do segmento de usuários dentro do Conselho, enquanto outras entidades
197 possuem cinco ou seis vagas, o que faz com que o segmento tenha mais prioridades dentro das
198 pautas. Após, o Sr. Clóvis Alberto Pereira inferiu que faz parte do Fórum Interconselhos e destacou
199 que houve uma imprecisão no início dos trabalhos, já que os conselhos começaram a participar,
200 primeiro, sem falar o que são e o motivo pelo qual estavam ali. Sendo assim, se os pares e a Sociedade
201 Civil não conhecem ao certo, o conselho faz a própria estrutura e o andamento do trabalho segue
202 prejudicado. Seguidamente, a Sra. Irene Rodrigues da Silva considerou que é importante que o Fórum
203 Interconselhos e o Fórum de Participação Social devem informar qual é sua emenda, pois devido a
204 diversas falas acabam confundindo e não deixa evidente seu propósito. Adiante, a Sra. Rafaelly
205 Machado da Silva reforçou que sente falta de que haja um diálogo de interseccionalidade do Conselho
206 de Participação Social com os demais conselhos nacionais, e que a Sociedade Civil possa ser ouvida,
207 bem como a representação governamental. Em resposta, o Sr. Oziel informou que na próxima reunião
208 do Conselho de Participação Social vai pautar as informações trazidas pelo CNAS e convidou para
209 que os conselheiros que quiserem, que possam participar para que possa ser compreendida a função
210 e propósito do conselho. Também se comprometeu que irá contribuir da melhor forma possível e que
211 irá se reunir com a diretoria do CPS e do Fórum Interconselhos para que isso possa ser

212 alinhado. Posteriormente, avançou-se ao item: Relato da Reunião da Comissão de Financiamento e
213 Orçamento da Assistência Social. Com a palavra, a Sra. Aldenora Gomes González inferiu, acerca da
214 Cartilha de Orientações sobre a Função Orçamentária 08 - Assistência Social, dois encaminhamentos:
215 1. Será enviada para todas as conselheiras(os) do CNAS; 2. Será encaminhada para realização da
216 diagramação e impressão para a Conferência Nacional. Em seguida, sobre a realização de um debate
217 no Pleno acerca da segurança de renda e natureza do Programa Bolsa Família como Política de Estado
218 Permanente, aprofundando a relação com a renda básica de cidadania, a Sra. Ana Lúcia Soares
219 considerou que é necessário haver uma Política que seja permanente. Ato contínuo, o Sr. Mallon
220 Francisco Felipe Rodrigues de Aragão pontuou que, para além da SENARC e de alguns especialistas,
221 deve haver um debate mais teórico sobre o processo, pois não é apenas um debate e considerou que
222 se preocupa que não seja só uma visão de governo e da secretaria. Finalizou ponderando que esse
223 deveria ser um debate para ser tratado em todo o CNAS. Após, a Sra. Aldenora Gomes González
224 informou que a comissão definiu que este ponto de pauta estará como permanente, pelo menos até
225 dezembro de 2025 e trará para o Pleno o detalhamento da Ação nº 8.249 para que as conselheiras(os)
226 possam acompanhar os recursos e como estão sendo gastos. Como encaminhamento, as
227 conselheiras(os) propuseram que o Setor de Passagens possa ser convidado para reunião do próximo
228 Pleno, a fim de debater sobre os valores gastos com as passagens. Seguidamente, o Sr. Ricardo de
229 Santana Marques pontuou que o Colegiado deve fazer um processo de reflexão quanto aos convites
230 que chegam ao conselho. Reforçou que entende que a participação das conselheiras(os) fora dos
231 muros do CNAS se faz necessária, mas é importante priorizar, manter reuniões regulares do Conselho
232 Nacional ou atender aos pedidos de representação externa que têm sido recebidos. Adiante, o Sr.
233 Clóvis Alberto Pereira considerou que talvez seja um bom caminho conversar com o Setor de
234 Passagens. Ponderou também que a prudência, realmente, das representações e representatividades e
235 dos próprios convidados para as atividades internas e externas é sempre importante que seja
236 acompanhado pelo Pleno do CNAS e que sejam discutidas e façam as devidas aprovações, por
237 menores que sejam. Posteriormente, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo inferiu que não dá para deixar
238 de colocar algumas questões muito tranquilas em que o Secretário de Assistência Social, Sr. André
239 Quintão, e o Ministro Wellington Dias têm feito, envidando todos os esforços possíveis e financeiros.
240 Ressaltou também que o que está sendo posto não é o déficit orçamentário, mas um orçamento que
241 já foi aprovado. Como encaminhamento, o Sr. Ricardo de Santana Marques propôs que na próxima
242 reunião do CNAS possa ser discutida a questão do orçamento do conselho e que sejam apresentadas

243 planilhas separadas explicando todos os gastos. Em seguida, o Sr. Mallon Francisco Felipe Rodrigues
244 de Aragão reforçou que todas as vezes que participa das reuniões luta pelo fortalecimento do Sistema
245 Único de Assistência Social e pela garantia da dignidade da pessoa humana, dos usuários e das
246 trabalhadoras(es) desse sistema. Ato contínuo, o Sr. Elias de Sousa Oliveira inferiu que o Congresso
247 Nacional não só aprova o orçamento, mas mexe também nesse cálculo e faz alterações. Diante disso,
248 lembrou que os orçamentos que foram aprovados pelo CNAS e que foram encaminhados ao
249 Congresso passaram por alterações. Também considerou que as reuniões do conselho não são para
250 negociar pauta, mas sim a agenda política que é transformada em pauta. Após, a Sra. Emilene Oliveira
251 Araújo ponderou que é importante registrar que o CNAS não tem tratado com desprezo ou de forma
252 com que as conselheiras(os) não participem e não cumpram as pautas, mas possui alguns temas
253 prioritários. Seguidamente, a Plenária propôs os seguintes encaminhamentos: 1. Convidar o setor de
254 passagens MDS, setor de passagens SNAS e o setor de passagens CNAS para debater os valores
255 pagos para passagens e diárias do CNAS na comissão e no pleno em setembro de 2025; 2. Próximas
256 vezes trazer saldo e percentual de diárias e passagens do CNAS com a diferença da dotação inicial
257 atualizada; 3. Detalhamento de planilha mensalmente indicando o custo das reuniões ordinárias,
258 trimestrais e o custo da participação de eventos; 4. Realizar diálogo com os CEAS sobre a
259 possibilidade de arcarem com os custos de suas participações nas reuniões trimestrais, a partir de
260 2026, tendo em vista aprovação da Resolução CNAS/MDS nº 202/2025; 5. Resgatar encaminhamento
261 anterior em que as/os conselheiras/os deveriam encaminhar ocorrências ao setor de
262 passagens. Adiante, o Sr. Alessandro Tiezzi proferiu a leitura da Nota de repúdio do Conselho
263 Nacional de Assistência Social ao Congresso Nacional Brasileiro. Aberto as considerações, a Sra.
264 Irene Rodrigues da Silva sugeriu que a Nota tivesse o nome alterado para “Nota Pública do CNAS ao
265 Congresso Nacional”, pois o conselho não está apenas repudiando, mas pontuando sugestões que
266 possam ser adotadas pelo congresso. Posteriormente, foram propostos os seguintes
267 encaminhamentos: 1. Que as conselheiras(os) façam a solicitação de que algum deputado realize a
268 leitura da nota no plenário da câmara; 2. Encaminhar nota para o gabinete do ministro, SE/MDS,
269 SNAS, CEAS, FONSEAS e CONGEMAS, MPO, SRI, Casa Civil. Em seguida, passou-se ao item:
270 Aprovação do Edital do Prêmio Simone Albuquerque. Em regime de votação, os seguintes
271 conselheiros manifestaram voto favorável pela aprovação da resolução: Ana Lúcia Soares, Maria
272 Aparecida Guerra Vicente, Elias de Sousa Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Ismael Utino Tavalone,
273 Margareth Alves Dallaruvera, Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, Shirley de Lima

274 Samico, Regis Aparecido Andrade Spindola, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Solange
275 Bueno, Clóvis Alberto Pereira, Catarina de Santana Silva, Ricardo de Santana Marques e Edgilson
276 Tavares de Araújo e André Iossan. Sendo assim, por 16 votos, o Edital foi
277 aprovado. **ENCERRAMENTO:** Feitos os agradecimentos finais, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo,
278 declarou encerrada a 341ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

279
280 Edgilson Tavares de Araújo

281 **Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social**

282
283 Brasília/DF

284 Agosto de 2025